



Sumário

1ª CONFERÊNCIA DE ABERTURA: AS RAÍZES ITALIANAS DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

AS RAÍZES ITALIANAS DO MODERNO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	23
<i>Ada Pellegrini Grinover</i>	

2ª CONFERÊNCIA DE ABERTURA: O PAPEL DAS CORTES SUPREMAS ENTRE UNIFORMIDADE E JUSTIÇA

LE FUNZIONI DELLE CORTI SUPREME TRA UNIFORMITÀ E GIUSTIZIA	27
<i>Michele Taruffo</i>	

1. IL VALORE DELL'UNIFORMITÀ.....	27
2. LE FUNZIONI DELLE CORTI SUPREME.....	28
3. UNIVERSALISMO E PARTICULARISMO.....	32
4. CONCLUSIONI.....	37

AS FUNÇÕES DAS CORTES SUPREMAS ENTRE UNIFORMIDADE E JUSTIÇA (tradução)....	39
<i>Michele Taruffo</i>	

1. O VALOR DA UNIFORMIDADE.....	39
2. AS FUNÇÕES DAS CORTES SUPREMAS	40
3. UNIVERSALISMO E PARTICULARISMO	44
4. CONCLUSÕES	49

1º PAINEL BINACIONAL: MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

LA MOTIVAZIONE DELLE DECISIONI GIUDIZIALI.....	51
<i>Marco De Cristofaro</i>	

1. I PRINCIPI COSTITUZIONALI SULLA MOTIVAZIONE DELLE SENTENZE; LA MOTIVAZIONE QUALE ELEMENTO VIVIFICANTE DELLA GARANZIA DEL CONTRADDITTORIO	51
--	----





2. L'ESTENSIONE DELL'OBBLIGO DI MOTIVAZIONE E LE RICORRENTI TENTAZIONI DI ALLEGGERIRLO ANCHE RENDENDO LA MOTIVAZIONE UNA GARANZIA DI CUI SI BENEFICI "A RICHIESTA"; MOTIVAZIONE E RICONOSCIMENTO DELLE SENTENZE STRANIERE.....	54
3. IL SINDACATO SULLA MOTIVAZIONE NEI GRADI D'IMPUGNAZIONE E, SOPRATTUTTO, DAVANTI ALLA CORTE SUPREMA DI CASSAZIONE	58
4. SINDACATO SULLA MOTIVAZIONE E DISCIPLINA LEGISLATIVA: LA PIÙ RECENTE RIFORMA DEL 2012	60
5. CONTROLLO SULLA MOTIVAZIONE E C.D. "DOPPIA CONFORME"	66

A MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS (tradução) 69

Marco De Cristofaro

1. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ACERCA DA MOTIVAÇÃO DAS SENTENÇAS; A MOTIVAÇÃO COMO ELEMENTO VIVIFICANTE DA GARANTIA DO CONTRADITÓRIO	69
2. A EXTENSÃO DA OBRIGAÇÃO DE MOTIVAÇÃO E AS RECORRENTES TENTATIVAS DE MITIGÁ-LA, TORNANDO A MOTIVAÇÃO, TAMBÉM, UMA GARANTIA DA QUAL [A PARTE] SE BENEFICIE "A PEDIDO"; MOTIVAÇÃO E RECONHECIMENTO DAS SENTENÇAS ESTRANGEIRAS.....	72
3. A ANÁLISE DA MOTIVAÇÃO NAS INSTÂNCIAS RECURSAIS E, SOBRETUDO, DIANTE DA SUPREMA CORTE DE CASSAÇÃO.....	76
4. EXAME SOBRE A MOTIVAÇÃO E DISCIPLINA LEGISLATIVA: A MAIS RECENTE REFORMA DE 2012.....	78
5. CONTROLE DA MOTIVAÇÃO E A CHAMADA "DUPLA CONFIRMAÇÃO"	84

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DA PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS E DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES NO NOVO CPC 87

José Rogério Cruz e Tucci

1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS E DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES	87
2. GARANTIA DA PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.....	89
3. GARANTIA DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES	92
4. DECISÃO DESMOTIVADA.....	94
5. NOTA CONCLUSIVA	97
6. BIBLIOGRAFIA.....	97

**2º PAINEL BINACIONAL:
ARBITRAGEM**

A ARBITRAGEM NO DIREITO ITALIANO 101

Diego Corapi





3º PAINEL BINACIONAL: INVALIDADES PROCESSUAIS

LA INVALIDITÀ DEGLI ATTI PROCESSUALI..... 115

Roberto Poli

1. IL PROCESSO NELLA PROSPETTIVA DELLA INVALIDITÀ DEGLI ATTI.....	115
2. L'ATTO PROCESSUALE	118
2.1. PIANO DEFINITORIO E PIANO DELLA DISCIPLINA	118
2.2. IL CONCETTO DI FORMA DELL'ATTO PROCESSUALE	122
3. LA DISCIPLINA DELL'ATTO PROCESSUALE	125
3.1. IL PRINCIPIO DI LEGALITÀ DELLE FORME.....	125
3.2. IL PRINCIPIO DI EQUIPOLLENZA IN SENSO STRETTO	125
3.3. IL PRINCIPIO DI STRUMENTALITÀ DELLE FORME	126
4. L'INVALIDITÀ DEGLI ATTI PROCESSUALI.....	126
4.1. LA NULLITÀ	127
4.1.1. IL PROFILO STRUTTURALE.....	127
4.1.2. IL PROFILO FUNZIONALE.....	128
4.2. LE SPECIE DI INVALIDITÀ DIVERSE DALLA NULLITÀ.....	135
5. CONCLUSIONI	140
6. BIBLIOGRAFIA ESSENZIALE.....	141

A INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS (tradução)..... 143

Roberto Poli

1. O PROCESSO NA PERSPECTIVA DA INVALIDADE DOS ATOS	143
2. O ATO PROCESSUAL.....	146
2.1. PLANO DEFINITÓRIO E PLANO DA DISCIPLINA.....	146
2.2. O CONCEITO DE FORMA DO ATO PROCESSUAL	151
3. A DISCIPLINA DO ATO PROCESSUAL	153
3.1. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE DAS FORMAS	153
3.2. O PRINCÍPIO DA EQUIPOLÊNCIA EM SENTIDO ESTRITO	153
3.3. O PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS.....	154
4. A INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.....	155
4.1. A NULIDADE.....	155
4.1.1. O PERFIL ESTRUTURAL	155
4.1.2. O PERFIL FUNCIONAL	156





4.2. AS ESPÉCIES DE INVALIDADE DIVERSAS DA NULIDADE.....	163
5. CONCLUSÕES	168
6. BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL	169

INVALIDADES PROCESSUAIS - RELATÓRIO NACIONAL (BRASIL)..... 171

Antonio do Passo Cabral

1. O SISTEMA BRASILEIRO DE FORMALIDADES PROCESSUAIS	171
2. INVALIDADE COMO SANÇÃO OU CONSEQUÊNCIA. REQUISITOS FORMAIS E A GRADUAÇÃO DA INTENSIDADE DA CONSEQUÊNCIA LEGAL. DIFERENÇA DAS INVALIDADES NO DIREITO PRIVADO DAS INVALIDADES NO PROCESSO.....	173
3. AS ESPÉCIES CLÁSSICAS DE INVALIDADES PROCESSUAIS. SUPOSTA GRADUAÇÃO ENTRE OS DEFEITOS E AS SANÇÕES.....	177
3.1. NULIDADES ABSOLUTAS, NULIDADES RELATIVAS, ANULABILIDADES	180
3.2. INVALIDADES COMINADAS E NÃO COMINADAS	183
3.3. PRINCÍPIOS OU REGRAS DA TEORIA DAS NULIDADES NA DOUTRINA CLÁSSICA	185
3.3.1. PRINCÍPIOS DA LIBERDADE E DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS	185
3.3.2. PRINCÍPIOS DO PREJUÍZO E DO INTERESSE	187
3.3.3. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE	188
3.3.4. PRINCÍPIO DA CONVERSÃO OU DA FUNGIBILIDADE.....	189
4. CRÍTICAS À TEORIZAÇÃO TRADICIONAL DAS NULIDADES	189
5. NOVAS TENDÊNCIAS	193
5.1. RESGATE DA VONTADE NOS ATOS PROCESSUAIS. NOVA CONCEPÇÃO SOBRE A FINALIDADE	193
5.2. ADEQUAÇÃO OU ADAPTABILIDADE DO PROCEDIMENTO. ACORDOS PROCESSUAIS E NULIDADES ...	194
5.3. FORMALIDADES NO PROCESSO CONTEMPORÂNEO. FORMA-FUNÇÃO E O RETORNO ÀS PARTES: AS FORMAS COMO CONTENÇÃO DO JUIZ E GARANTIAS DE EQUILÍBRIO DE PODER. A NULIDADE COMO SANÇÃO REGULATÓRIA OU INDUTIVA	195
5.4. PRINCÍPIO DE VALIDADE PRIMA FACIE DOS ATOS PROCESSUAIS E A DIFERENÇA PARA O EXAME DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS.....	195
5.5. A NULIDADE COMO SANÇÃO REGULATÓRIA, PREMIAL OU INDUTIVA	199
5.6. REFORMULANDO OS “PRINCÍPIOS” DAS INVALIDADES. DA “CAUSALIDADE” A UMA RELAÇÃO NORMATIVA ENTRE ATIPICIDADE E ATO VICIADO; DO “PRINCÍPIO DO INTERESSE” À ILEGITIMIDADE AD ACTUM; DO PREJUÍZO DEFINIDO A PRIORI À SIGNIFICAÇÃO COMUNICATIVA DO VÍCIO A POSTERIORI	201
6. CONCLUSÃO	201
7. BIBLIOGRAFIA.....	202





4º PAINEL BINACIONAL: FLEXIBILIDADE, SIMPLIFICAÇÃO PROCESSUAL E A GESTÃO DO PROCESSO

FLESSIBILITÀ, SEMPLIFICAZIONE E GESTIONE DEL PROCESSO CIVILE: LA PROSPETTIVA ITALIANA 207

Paolo Biavati

1. UN TENTATIVO DI DEFINIZIONE 207
2. LE RAGIONI DELLA SEMPLIFICAZIONE: SPINTE CULTURALI ED ESIGENZE PRATICHE 211
3. FLESSIBILITÀ E SEMPLIFICAZIONE NEL DIRITTO ITALIANO VIGENTE 213
4. UN ASPETTO PARTICOLARE: LA SINTETICITÀ DEGLI ATTI..... 216
5. LE OBJEZIONI PRATICHE: L'IDONEITÀ DEL GIUDICE E LA MANCANZA DI PREVEDIBILITÀ..... 218
6. L'OBJEZIONE COSTITUZIONALE: IL GIUSTO PROCESSO "REGOLATO DALLA LEGGE" NEL QUADRO DEL PRINCIPIO DI UGUAGLIANZ 220
7. RIFORME ANNUNCIATE E CONDIZIONI PER IL LORO SUCCESSO 222
8. BREVISSIME NOTE CONCLUSIVE 224

FLEXIBILIDADE, SIMPLIFICAÇÃO E GESTÃO DO PROCESSO CIVIL: A PERSPECTIVA ITALIANA (tradução) 225

Paolo Biavati

1. UMA TENTATIVA DE DEFINIÇÃO 225
2. AS RAZÕES DA SIMPLIFICAÇÃO: PRESSÕES CULTURAIS E EXIGÊNCIAS PRÁTICAS 229
3. FLEXIBILIDADE E SIMPLIFICAÇÃO NO DIREITO ITALIANO VIGENTE..... 231
4. UM ASPECTO PARTICULAR: A CONCISÃO DOS ATOS 235
5. AS OBJEÇÕES PRÁTICAS: A IDONEIDADE DO JUIZ E A FALTA DE PREVISIBILIDADE..... 237
6. A OBJEÇÃO CONSTITUCIONAL: O JUSTO PROCESSO "PREVISTO EM LEI" NO QUADRO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE..... 239
7. REFORMAS ANUNCIADAS E CONDIÇÕES PARA SEU SUCESSO..... 240
8. BREVÍSSIMAS NOTAS CONCLUSIVAS 243

FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL E GESTÃO PROCESSUAL NO DIREITO BRASILEIRO 245

Camilo Zufelato

1. ALCANCE E ENFOQUE DO TEMA PROPOSTO 245
2. SITUAÇÃO CONSTITUCIONAL DO TEMA..... 246
3. FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO: ENTRE SEGURANÇA JURÍDICA E EFETIVIDADE..... 248
4. A DIMENSÃO PRINCIPIOLÓGICA DA ADEQUAÇÃO E DA ADAPTABILIDADE: FUNDAMENTOS DO TEMA.... 251
 - 4.1. HIPÓTESES LEGAIS DE ADEQUAÇÃO E ADAPTABILIDADE PROCEDIMENTAL NO DIREITO BRASILEIRO VIGENTE..... 253





4.2. NOVO DIREITO PROCESSUAL CIVIL CODIFICADO.....	257
4.3. CONDIÇÕES ESSENCIAIS À FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL.....	260
5. GESTÃO PROCESSUAL.....	261

5º PAINEL BINACIONAL: REFORMAS DA EXECUÇÃO

AS REFORMAS DA EXECUÇÃO NO PROCESSO CIVIL ITALIANO 265

Giovanni Bonato

1. INTRODUÇÃO	265
2. TENDÊNCIAS ACERCA DO TÍTULO EXECUTIVO	268
3. O CONCURSO DOS CREDORES NA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	274
4. A MUDANÇA DA DISCIPLINA DA EXPROPRIAÇÃO EM FACE DE TERCEIROS	277
5. A MEDIDA COERCITIVA ATÍPICA DO ART. 614 BIS	280
6. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	290

TENDÊNCIAS EVOLUTIVAS DA EXECUÇÃO CIVIL BRASILEIRA..... 293

Heitor Vitor Mendonça Sica

1. INTRODUÇÃO	293
2. AMPLIAÇÃO DO (JÁ EXTENSO) ROL DE TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS	294
3. REDUÇÃO DO PAPEL DO JUIZ NA PRÁTICA DE ATOS EXECUTIVOS.....	298
4. REFORÇO DO DEVER DE COLABORAÇÃO DO EXECUTADO	303
5. FACILITAÇÃO DOS MECANISMOS PARA VENDA FORÇADA DE BENS CONSTRITOS JUDICIALMENTE	305
6. UTILIZAÇÃO DE MEIOS ELETRÔNICOS	307
7. EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....	307
8. TENDÊNCIAS EM MATÉRIA DE DEFESAS DO EXECUTADO	312
9. BREVES CONCLUSÕES	315

1ª CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO: FUNÇÃO E ESTRUTURA NA TUTELA JURISDICIONAL SUMÁRIA

FUNZIONE E STRUTTURA NELLA TUTELA GIURISDIZIONALE SOMMARIA 317

Antonio Carratta

1. IL DIFFICILE INQUADRAMENTO DEI PROCEDIMENTI GIURISDIZIONALI SOMMARI.....	317
---	-----





SUMÁRIO

2. L'INDIFFERENZIATA CATEGORIA DEI PROCESSI SOMMARI: UNO SGUARDO D'INSIEME	319
3. L'APPROCCIO TRADIZIONALE AL TEMA E IL CONFRONTO CON I PROCESSI A COGNIZIONE PIENA: LA SOMMARIETÀ COME «SEMPLIFICAZIONE» DELLE FORME PROCESSUALI.....	323
4. NECESSARIA ELABORAZIONE DI UNA NOZIONE TECNICA DI «PROCESSO SOMMARIO»	325
5. LA SOMMARIETÀ COME VOLONTÀ DEL LEGISLATORE DI OTTENERE UNA DECISIONE GIUDIZIALE BASATA SU UNA COGNIZIONE QUALITATIVAMENTE E/O QUANTITATIVAMENTE RIDOTTA.....	326
6. FONDAMENTO NORMATIVO DELLA NOZIONE DI «PROCESSO SOMMARIO» PROPOSTA.....	328
7. PROCESSI SOMMARI E PRINCIPI COSTITUZIONALI: LA “REGOLA AUREA” DELLA CORRELAZIONE FRA FUNZIONE E STRUTTURA	330
8. L'APPLICAZIONE DELLA REGOLA “AUREA” DEL RAPPORTO STRUTTURA-FUNZIONE DA PARTE DEL LEGISLATORE ORDINARIO: PROCESSI SOMMARI CONTENZIOSI E GIURISDIZIONAL-VOLONTARI	333
9. LE DIVERSE CATEGORIE DI PROCESSI SOMMARI CONTENZIOSI: A) I PROCESSI SOMMARI CON FUNZIONE DECISORIA	335
10. SEGUE: B) I PROCESSI SOMMARI CON FUNZIONE ESCLUSIVAMENTE ESECUTIVA	336
11. SEGUE: C) I PROCESSI SOMMARI CON FUNZIONE CAUTELARE	338
12. LA TESI CHE RICOLLEGA LA FUNZIONE DEI PROVVEDIMENTI SOMMARI ALLA QUALITÀ DELL'ACCERTAMENTO: CRITICA	340
13. «VEROSIMIGLIANZA», «PROBABILITÀ» E PROCESSI SOMMARI.....	341
14. LA DISCREZIONALITÀ DEL GIUDICE NEI PROCESSI SOMMARI È INVERSAMENTE PROPORZIONALE ALL'EFFICACIA DEL PROVVEDIMENTO CHE LI CONCLUDE.....	345
15. CONSIDERAZIONI CONCLUSIVE.....	347

FUNÇÃO E ESTRUTURA DA TUTELA JURISDICIONAL SUMÁRIA (tradução).....349

Antonio Carratta

1. O DIFÍCIL ENQUADRAMENTO DOS PROCEDIMENTOS JURISDICIONAIS SUMÁRIOS	349
2. A INDIFERENCIADA CATEGORIA DOS PROCESSOS SUMÁRIOS: UMA VISÃO PANORÂMICA	351
3. A ABORDAGEM TRADICIONAL DO TEMA E O CONFRONTO COM OS PROCESSOS DE COGNIÇÃO PLENA: A SUMARIEDADE COMO “SIMPLIFICAÇÃO” DAS FORMAS PROCESSUAIS	355
4. NECESSÁRIA ELABORAÇÃO DE UM CONCEITO TÉCNICO DE “PROCESSO SUMÁRIO”	357
5. A SUMARIEDADE COMO VONTADE DO LEGISLADOR DE OBTENHA UMA DECISÃO JUDICIAL BASEADA EM COGNIÇÃO QUALITATIVAMENTE E/OU QUANTITATIVAMENTE REDUZIDA	358
6. FUNDAMENTO NORMATIVO DO CONCEITO DE “PROCESSO SUMÁRIO” PROPOSTO	360
7. PROCESSOS SUMÁRIOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: A “LEI ÁUREA” DA CORRELAÇÃO ENTRE FUNÇÃO E ESTRUTURA.....	362
8. A APLICAÇÃO DA “REGRA DE OURO” DA RELAÇÃO ESTRUTURA-FUNÇÃO PELO LEGISLADOR ORDINÁRIO: PROCESSOS SUMÁRIOS CONTENCIOSOS E JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	365
9. AS DIVERSAS CATEGORIAS DOS PROCESSOS SUMÁRIOS CONTENCIOSOS: A) OS PROCESSOS SUMÁRIOS COM FUNÇÃO DECISÓRIA	367
10. SEGUE: B) OS PROCESSOS SUMÁRIOS COM FUNÇÃO EXCLUSIVAMENTE EXECUTIVA.....	368





11. SEGUE: C) OS PROCESSOS SUMÁRIOS COM FUNÇÃO CAUTELAR.....	370
12. A TESE QUE RELACIONA A FUNÇÃO DOS PROVIMENTOS SUMÁRIOS À QUALIDADE DO ACERTAMENTO: CRÍTICA.....	372
13. “VEROSSIMILHANÇA”, “PROBABILIDADE” E PROCESSOS SUMÁRIOS.....	373
14. A DISCRICIONARIEDADE DO JUIZ NOS PROCESSOS SUMÁRIOS É INVERSAMENTE PROPORCIONAL AO PROVIMENTO FINAL.....	376
15. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	379

2ª CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO: CRISE DA JUSTIÇA CIVIL

IL CODICE DI PROCEDURA CIVILE E IL MITO DELLA RIFORMA PERENNE 381

Bruno Sassani

1. RIFORMARE IL PROCESSO, UN MANTRA	381
2. AERE PERENNIUS: IL CODICE DEL 1940	383
3. LA SVOLTA: IL PROCESSO DEL LAVORO	387
4. L'ILLUSIONE DEL TRAPIANTO: LA LEGGE N. 353/1990	388
5. GREAT EXPECTATIONS: IL PROGETTO TARZIA, IL PROGETTO VACCARELLA E LA METEORA DEL PROCESSO SOCIETARIO	394
6. “UN MOSAICO DI SOPRAVVIVENZE”	398
7. MOTUS IN FINE VELOCIOR: ACHILLE, LA TARTARUGA E LA DICOTOMIA ALL'INFINITO.	402

O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O MITO DA REFORMA PERENE (tradução) 405

Bruno Sassani

1. REFORMAR O PROCESSO: UM MANTRA	405
2. AERE PERENNIUS: O CÓDIGO DE 1940	407
3. A MUDANÇA: O PROCESSO DO TRABALHO.....	411
4. A ILUSÃO DO TRANSPLANTE: A LEI N. 353/1990.....	413
5. GREAT EXPECTATIONS: PROJETO TARZIA, PROJETO VACCARELLA E O METEORO DO PROCESSO SOCIETÁRIO.....	419
6. “UM MOSAICO DE SOBREVIVÊNCIAS”	423
7. MOTUS IN FINE VELOCIOR: AQUILES, A TARTARUGA E A DICOTOMIA AO INFINITO	426



**TRABALHOS APRESENTADOS****A EFICÁCIA TEMPORAL DA DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO NO BRASIL E NA ITÁLIA.....429***Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikawa*

1. INTRODUÇÃO	429
2. AÇÃO RESCISÓRIA E REVOCAZIONE: PRINCIPAIS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	432
3. EFEITOS DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO RESCINDENTE SOBRE OS FATOS PRETÉRITOS	435
3.1. A DISCIPLINA DO ART. 402 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ITALIANO.....	435
3.2. A AUSÊNCIA DE REGRAMENTO EXPRESSO NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO	438
4. CONCLUSÃO.....	447
5. BIBLIOGRAFIA.....	448

NÃO COMPARECIMENTO DO RÉU NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO E NO PROCESSO CIVIL ITALIANO.....451*Lia Carolina Batista Cintra*

1. INTRODUÇÃO	451
2. PRELIMINARMENTE: BREVE ESCLARECIMENTO TERMINOLÓGICO E O OBJETO DESTE ESTUDO	454
3. O NÃO COMPARECIMENTO DO RÉU NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.....	456
3.1. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973	456
3.2. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	465
4. O NÃO COMPARECIMENTO DO RÉU NO PROCESSO CIVIL ITALIANO	466
4.1. DIREITO VIGENTE	466
4.2. O PROCESSO SOCIETÁRIO	473
4.3. O PROJETO VACARELLA	475
4.4. O PROJETO PROTO PISANI.....	476
4.5. O NOVO PROJETO VACCARELLA.....	477
5. CONCLUSÃO	478
6. REFERÊNCIAS	479

O CALENDÁRIO PROCESSUAL NO DIREITO FRANCÊS E NO ITALIANO: REFLEXOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....481*Thaís Aranda Barrozo*

1. INTRODUÇÃO	481
2. O CALENDÁRIO PROCESSUAL NO DIREITO FRANCÊS.....	482





2.1.	CONTRATUALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO TEMPO PROCESSUAL.....	482
2.2.	O JUIZ DE LA MISE EN ÉTAT.....	485
2.3.	O CALENDÁRIO PROCESSUAL.....	486
3.	O CALENDÁRIO PROCESSUAL NO DIREITO ITALIANO.....	488
3.1.	A GESTÃO DO TEMPO PROCESSUAL E O CALENDÁRIO DO ART. 81 BIS DISP. ATT. C.P.C.	488
3.2.	CALENDÁRIO PROCESSUAL E ADAPTABILIDADE DO PROCEDIMENTO À LIDE	490
3.3.	CALENDÁRIO PROCESSUAL: PODER OU DEVER DO JULGADOR?.....	493
4.	REFLEXOS DO DIREITO FRANCÊS E ITALIANO NO CALENDÁRIO PROCESSUAL DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	494
4.1.	A ADAPTABILIDADE PROCEDIMENTAL E OS ACORDOS DE PROCEDIMENTO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	494
4.2.	O CALENDÁRIO PROCESSUAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	497
5.	CONCLUSÕES	499
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	501

APONTAMENTOS SOBRE A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....503

Gresiéli Taíse Ficanha

1.	INTRODUÇÃO	503
2.	BREVE ANÁLISE DO RITO ORDINÁRIO	504
2.1.	A PRETENSA NEUTRALIDADE	504
2.2.	A INSUFICIÊNCIA.....	505
3.	SUCESSÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA.....	507
4.	INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS	509
4.1.	O RÉFÉRÉ FRANCÊS	509
4.2.	OS PROVVEDIMENTI D'URGEZA ITALIANOS.....	511
5.	A TUTELA ANTECIPADA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	514
5.1.	A ANTECIPAÇÃO E A TUTELA CAUTELAR.....	514
5.2.	A AUTONOMIA DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.....	517
6.	ESTABILIZAÇÃO	519
6.1.	OS EFEITOS DA DECISÃO	519
6.2.	A PROPOSTA LEGISLATIVA.....	523
7.	CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	524
8.	BIBLIOGRAFIA.....	525

